

As novas funções do presidente nacional da Arena

O general João Baptista de Figueiredo tem externado constantes preocupações com o fortalecimento de seu partido tendo em vista a convicção, generalizada entre os líderes políticos, de que as bancadas do MDB no Senado e na Câmara ganharam não só em quantidade, mas, sobretudo em qualidade, com a renovação que se processou através das eleições de 15 de novembro do ano passado.

O Sr. José Sarney tem mantido permanente contato com o futuro presidente da República, ele mesmo já consciente de que o MDB ocupou todos os espaços políticos, como partido, conquistando as parcelas mais importantes da opinião pública, enquanto a Arena ficou, sempre, a reboque do governo, sem dele participar ou ser ouvida sequer sobre decisões políticas.

O novo presidente da Arena anotou as insatisfações que se verificam dentro de seu partido e está disposto a cumprir um programa paciente de consultas permanentes com deputados e senadores, logo nos primeiros dias de março, para inaugurar, a partir daí, reuniões mensais sistemáticas com as bancadas nas duas Casas do Congresso. Para isso, o Sr. José Sarney espera ter ainda um entendimento preliminar com os líderes Jarbas Passarinho e Nelson Marchezan.

O Sr. José Sarney sabe que político gosta de conversa, mas não vive propriamente só disso. Um partido que apóia o governo tem, necessariamente, de participar do poder, de tomar parte nas decisões, de deter cargos e posições, assumindo não apenas os ônus próprios daqueles que conquistaram o mando, mas também os seus benefícios.

Desde sua criação, até hoje, a Arena, como, de resto, a vida partidária do país, existiu apenas para

compor a paisagem, eis que o pano de fundo foi sempre o sustentáculo militar. As mudanças de guarda, que se sucederam na Presidência da República, como nos governos dos Estados, prescindiam do poder político dos partidos, uma vez que as escolhas se processaram nos círculos restritos do Palácio do Planalto, quando não do sistema militar dominante.

A Arena apoiou todos os governos, nos planos federal e estadual, mas deles não participou como partido. O esforço a que se entrega o Sr. José Sarney é justamente o de assegurar uma integração real, não retórica, com o poder. Para isso, será necessário restaurar a indicação política, de forma a que os parlamentares tenham amigos de sua indicação pessoal dirigindo repartições públicas. Aí começa o grande problema.

A indicação política se deteriorou de tal forma no Brasil que ganhou uma conotação pejorativa.

Os políticos transformavam os indicados em simples marionetes, testas-de-ferro dos seus interesses, sem qualquer compromisso com a qualidade da função exercida ou mesmo com o serviço público que deviam prestar. Os indicados se transformavam em meros instrumentos do empreguismo, de uma política de clientela que infelicitou a vida deste país.

Agora, que os políticos tentam se recuperar desses 15 anos de obscuridade, surge um presidente do partido do governo interessado em restaurar a prática sob novos critérios e dentro de um conceito mais correto do problema. Se a democracia é o regime que vive dos partidos, os partidos não podem viver sem os políticos e uns e outros não podem ficar à margem do poder.

O senador José Sarney acha que o critério fundamental é a indicação política de quem tem qualificações para ocupar as posições a preencher. Se a função é para engenheiro, o político deve indicar, entre seus amigos, um que seja engenheiro qualificado; se é para dentista, para advogado, militar, a mesma coisa. O importante é suprir a posição com pessoas capazes de contribuir, sem comprometer a função pública.

Sarney diz ter carta-branca do general João Baptista de Figueiredo para implementar essa integração. Ele já conversa com os ministros de Estado e tem apoio de Figueiredo para promover uma grande reunião com os 21 governadores da Arena, nos dias 7 e 8 em Brasília, a fim de discutir formas concretas de integração partido e governos.

Esta é uma parte importante do trabalho, mas não é todo o trabalho. Os políticos só voltarão a ter prestígio no Brasil quando se restabelecer a eleição direta na escolha dos governantes. Esta é condição essencial para que eles reassumam o poder e recoloquem os tecnocratas nas posições de onde nunca deveriam ter saído — as de assessorar os centros de decisão política.

T. H.